

Reunião da DORAA do PCP – 7 de Outubro de 2017

Conferência de Imprensa – Ponta Delgada, 8 de Outubro de 2017

A Direção Regional do PCP Açores (DORAA) esteve reunida ontem, em Ponta Delgada, para fazer o balanço das eleições autárquicas do corrente ano e discutir e examinar os principais traços da situação política regional e definir as orientações fundamentais para o trabalho partidário e institucional.

Começo por dirigir uma saudação às centenas de mulheres e homens que integraram as candidaturas da CDU nos Açores, colaborando e dinamizando uma intensa campanha de contacto e esclarecimento com os açorianos, ouvindo os seus problemas, escutando a sua vontade e levando as propostas e o projeto da CDU à maior parte das localidades da nossa Região.

Neste quadro eleitoral, não podemos deixar de lamentar e repudiar todas as pressões que foram exercidas sobre os possíveis candidatos da CDU.

Independentemente dos resultados eleitorais em cada local, o esforço, a dedicação e o empenhamento e a coragem dos ativistas da CDU constituiu uma poderosa afirmação da força, presença, implantação e uma verdadeira ligação às diversas realidades locais, o que se traduz numa profunda ligação da CDU ao Povo açoriano.

A CDU continuará a intervir para responder aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo açoriano. A CDU/Açores irá continuar a lutar na defesa dos interesses e direitos dos açorianos, pela reposição e conquista de direitos e pela melhoria das condições de vida na Região.

A CDU, no contexto da Região, manteve a sua influência e conseguiu manter a sua presença na Assembleia Municipal da Horta e conquistar novas posições em Santa Cruz das Flores e nas Velas de São Jorge, onde obteve resultados muito positivos. Em Santa Cruz das Flores elegemos um vereador e duplicámos o número de mandatos na Assembleia Municipal. Para além destes resultados, a CDU também conseguiu eleger em Assembleias de Freguesia de duas ilhas, no Faial na Matriz e Pedro Miguel e nas Flores em Ponta Delgada.

A CDU, ao contrário de outras forças políticas, não concentrou esforços apenas nas ilhas de maior dimensão nem se refugiou em “coligações” de circunstância para disfarçar a falta de capacidade e implantação, antes procurou criar candidaturas credíveis e fortes num número mais alargado de freguesias e de concelhos.

A CDU Açores candidatou-se em 7 das 9 ilhas e consolidou-se como uma força política de dimensão regional com a qual os açorianos sabem que podem contar.

A CDU não se deixa condicionar em função de actos eleitorais e a sua acção não será determinada por outro objectivo que não seja o compromisso que tem com os interesses e direitos dos trabalhadores e do povo e em nenhuma circunstância reduzirá a independência de avaliação quanto à resposta necessária aos problemas regionais.

Os resultados eleitorais obtidos pela CDU/Açores colocam ainda mais a necessidade da dinamização da acção política e do reforço do Partido na Região.

Plano Anual para 2018

Para o PCP, tal como era esperado, o Governo Regional do Partido Socialista, insiste nas mesmas opções políticas, económicas e sociais, que ao invés de produzirem bem estar e qualidade de vida para o Povo Açoriano, concentram a riqueza e alimentam artificialmente um setor empresarial que se tem mostrado incapaz de cumprir o seu papel sem os chorudos apoios financeiros dos programas de apoio ao setor empresarial privado, tendo estas opções como consequência o subfinanciamento de setores públicos, como a saúde e a educação, onde se verificam graves carências de recursos humanos e meios e, por conseguinte, a diminuição da qualidade dos serviços públicos; ou o subfinanciamento de setores estruturantes como a agricultura e a pesca, para os quais defendemos um aumento significativo das verbas do Orçamento Regional

Face ao estado económico e social da Região, que por muito que a propaganda oficial tente escamotear, tem vindo a degradar-se e nem mesmo o crescimento do setor do Turismo consegue disfarçar, pois a este crescimento não corresponderam alterações nas condições de trabalho nem nos salários dos trabalhadores do setor, nem a riqueza gerada teve efeitos reprodutivos na economia regional.

Neste quadro, em que a falência das opções políticas e económicas dos Governos do PS Açores é uma evidência, o PCP considera que o Plano Anual para 2018 deveria constituir-se como um marco para se lançarem bases para um modelo de desenvolvimento sustentável e harmonioso para a Região Autónoma dos Açores e para o seu Povo.

Assim o PCP considera que:

- As políticas de **Coesão** têm de regressar à agenda política regional e constituir-se como uma prioridade. Os transportes marítimos e aéreos, são essenciais, com o reforço dos mesmos, nas ligações inter-ilhas, e a criação de um pujante mercado interno são dois dos pilares nos quais devem assentar as políticas de coesão. A proximidade às populações e a qualidade dos serviços públicos deve ser, igualmente, um pilar social que garanta a fixação e a atração de populações.

- Devem ser expressas as principais linhas políticas orientadoras para um **novo Projeto de Desenvolvimento para os Açores** que tenha como principais pilares: a modernização do sector produtivo e transformador e a sua ampliação e diversificação, tendo em conta a necessidade de aumentar e diversificar a produção regional e assim reduzir a crónica dependência externa, para isso é fundamental reforçar o apoio à Agricultura e à Pesca; o aproveitamento do potencial endógeno de cada uma das nossas ilhas e promover a sua complementaridade no contexto global da economia regional; e garantir que as empresas estratégicas do setor empresarial público regional se manterão no domínio exclusivamente público e, no caso da EDA e da SATA se afaste de uma vez por todas a permanente ameaça da alienação da maioria do capital público; o apoio e promoção de atividades económicas ligadas à ciência e à tecnologia potenciando a centralidade Atlântica da Região.

- um programa de **políticas públicas de emprego** que promovam a criação de emprego com direitos e um programa de combate à precariedade laboral;

- promoção de **políticas salariais justas** que combatam a pobreza e a exclusão social pois, como decorre dos estudos realizados sobre a temática, a exclusão, a pobreza e a taxa de risco de pobreza decorrem, no essencial, da continuada prática de baixos salários;

- **investimento nos setores sociais**, designadamente, na fixação de recursos humanos que garantam os cuidados de saúde, o apoio às populações e a formação e educação inicial e ao longo da vida.

O PCP irá na sua intervenção política e institucional lutar e propor, designadamente, em sede de orçamento para 2018 um conjunto de propostas e ações que irão traduzir estas preocupações e das quais destacamos:

- ✓ - aumento, de 5 para 7,5%, do acréscimo regional ao salário mínimo nacional;
- ✓ - aumento em 10% da Remuneração Complementar;
- ✓ - aumento dos complementos regionais de pensão e de abono de família;
- ✓ - gratuidade dos manuais escolares
- ✓ - eliminação das taxas moderadoras,
- ✓ - diminuição de 18 para 16% da taxa mais elevado do IVA;
- ✓ - redução do preço da electricidade;
- ✓ - viabilização e modernização da Sinaga;
- ✓ - investimento na formação profissional de ativos do setor privado e público.
- ✓ - criação de um programa real de combate à precariedade laboral, ao trabalho ilegal e ao trabalho informal;

- ✓ - reformulação dos programas ocupacionais reconduzindo-os à sua matriz original, ou seja, programas de formação para desempregados de longa duração que após o período de formação possam ser integrados no mercado de trabalho formal.
- ✓ - reforço dos meios da Inspeção Regional de Trabalho;

O PCP para além das questões que se relacionam diretamente com o Plano e Orçamento para 2018 vem, uma vez mais, exigir ao Governo regional que os milhares de cidadãos que se encontram em programas ocupacionais e que estão, na realidade, a suprir necessidades permanentes de trabalho, designadamente, na administração pública regional devem ser integrados como trabalhadores de direito nos departamentos do Governo onde estão afetos como “beneficiários” dos diferentes programas ocupacionais. A solução não é passar do programa ocupacional para recibo verde.

O PCP/Açores reafirma que o povo açoriano pode como sempre continuar a contar com este Partido, para continuar a lutar por uma região mais desenvolvida, mais coesa, com mais direitos e salários justos e com melhores condições de vida.

Ponta Delgada, 8 de Outubro de 2017.

A DORAA do PCP